



Editorial Os Pais e a Vida da Escola

Os Pais nunca tiveram tantas possibilidades de participar na "Vida da Escola" como nos dias de hoje.

Presentemente a participação parental pode ser exercida das mais variadas formas, em reuniões com o director de Turma ou reuniões de turma, em Conselhos de Turma, no Conselho Geral, no Conselho Pedagógico, etc. No entanto a principal participação dos pais será tanto melhor, se se realizar no dia a dia da Vida da Escola.

Os Pais deverão estar atentos à Escola e considerar que participar na Vida da Escola é algo de natural.

O Pai que dá importância à Escola, considera normal ir à Escola, participar nas reuniões de Pais nas actividades das Associações de Pais, nos eventos promovidas pela própria Escola.

Nunca deveremos considerar que só podemos ir à Escola quando somos convidados ou quando nos comunicam que algo vai mal.

Temos que considerar que o local em que os nossos filhos passam boa parte da sua vida diária, faz parte da nossa comunidade, faz parte da nossa Vida.

Bem sei que por vezes só somos chamados para o mal e isso faz-me lembrar aquela história dos professores que preocupados com os problemas externos à escola de um aluno, o qual consideravam que possuía enorme potencial, se lembraram de solicitar ao pai para ir à Escola. O Pai ao entrar na sala dos professores e mesmo antes que estes dissessem alguma coisa, afirmou de imediato :

"Eu não sei o que os Senhores professores me vão dizer, mais eu, pelo sim pelo não, já dei uns tabefes no miúdo !

Este exagero serve para demonstrar, que na maior partes das vezes em que os pais são chamados à Escola, é para se falar de assuntos negativos e muito raramente para ouvirem algo de bom.

Também é verdade que embora exista nos dias de hoje inúmeras formas para participar na Escola, nunca se sentiu tanta pressão laboral para se ficar mais tempo no emprego e "se dar" mais horas ao patrão.

As horas em que muitas das vezes os Pais são convidados a ir à Escola em horas que são mais convenientes à Escola, ao Professor e raramente num tempo mais acessível aos Pais.

A Escola terá também pois que demonstrar vontade para que a participação dos Pais seja desejável e efectiva, e não uma questão de mera ornamentação, em que só se diga, eles estão por ai.

Terá que se construir uma sólida parceria entre a Escola e as Famílias, pois está mais que provado que os benefícios para os Alunos são evidentes, melhorando a sua noção de pertença de algo que além de ser seu é preocupação e ocupação de muitos mais.

Como já alguém disse "Na escola como em casa, há um lugar que é dos pais" e esse lugar tem que ser efectivamente ocupado, não pode haver desleixo ou faltas de comparência.

*António Boa-Nova
Presidente da mesa da
Assembleia Geral da Fapodivel*



Orgãos Sociais

Assembleia-geral

Presidente:
António José Paz Boa-Nova

1.º Secretário: José Beja
2.º Secretário: Sónia Cardoso

Conselho Executivo

Presidente :
Alberto Manuel de Lima Barreiro

Vice-presidente: Pedro Miguel Martins
Tesoureiro: Sílvio Fernandes Mendes
Secretaria: Fernanda Maria P. C. Ramos
Vogal: António Augusto Sequeira Martins

Suplentes:

Cristina Matias
Sandra Paços
António Manuel Abreu Serrano
Carlos Fernandes

Conselho Fiscal

Presidente
Adelino Ramos

1.º Vogal: Paulo Silva
2.º Vogal: Florbela Monteiro

Suplentes:

Teresa Quaresma
Rui Henriques



Índice

02

Seguro Escolar - Escolas públicas
Correio do Leitor

03

Dislexia

04

Plano Anual de Actividades
Reunião CME

agenda

Fórum sobre Daltonismo

Dia 18 de Fevereiro de 2011 - às 21h
Doença que afecta 10% da população.
Contamos com vossa presença e a divulgação da mesma.
Entrada Livre ao público em geral

Fórum de Formação Cívica

Em data a indicar, iremos realizar este Fórum no Polivalente da Junta de Freguesia de Odivelas.
Entrada Livre ao público em geral.



Seguro Escolar - Escolas públicas

Além das exclusões graves, como danos resultantes de rixas, acidentes de bicicleta e tempestades, o seguro só é obrigatório nas escolas públicas.

O seguro das escolas públicas tem falhas graves, apesar de ser mais abrangente do que na maioria das privadas. Além das exclusões graves, as escolas não distribuem uma cópia da apólice aos alunos ou encarregados de educação na matrícula, pelo que estes desconhecem os direitos, em caso de acidente. É fundamental que passem a fazê-lo a bem da informação de todos.

Numa altura em que as taxas de juro dos depósitos a prazo são inferiores à inflação, não se compreende que o Estado não preveja a alternativa de depositar a indemnização do aluno acidentado em certificados de aforro ou obrigações de tesouraria, por exemplo. Trata-se de produtos financeiros sem risco, mas com remuneração superior.

Quem está coberto?

Abrange os alunos de todos os graus de ensino público: jardins-de-infância, básico, secundário, profissional e artístico, recorrente e de educação extracurricular. De fora fica o ensino superior.

Cobertos estão ainda os alunos dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo em regime de contrato de associação. Ou seja, sempre que num raio de quatro quilómetros não exista uma escola pública que sirva as crianças e jovens ali residentes ou, existindo, se encontre sobrelotada.

O que está coberto?

Cobre os acidentes durante a actividade escolar ou na ocupação de tempos livres. Fora da escola, é válido em excursões, aulas práticas, estágios e visitas de estudo, entre outras actividades por ela organizadas.

Cobertos estão também os acidentes ocorridos no trajeto entre a residência e a escola, e vice-versa. Em caso de atropelamento neste percurso, o seguro só poderá ser activado se a responsabilidade for imputável ao aluno, se este for menor e não estiver acompanhado de um adulto. Neste caso é também necessária a participação do acidente às autoridades competentes.

Exclusões

O seguro escolar não paga acidentes ocorridos no estabelecimento de ensino em actividades cuja organização não seja da responsabilidade deste, em caso de cataclismos da natureza (furacões ou sismos, por exemplo) ou no decurso de tumultos ou desordens. De fora ficam ainda

os acidentes ocorridos no trajeto, se o aluno conduzir ou for transportado numa bicicleta.

Indemnizações:

- Paga a totalidade das despesas de tratamento não comparticipadas pelo sistema de protecção social do aluno, como o Serviço Nacional de Saúde. A assistência médica deverá ser prestada em instituições hospitalares públicas.

- O seguro garante as despesas de hospedagem, alojamento e alimentação quando o aluno sinistrado tenha de deslocar-se para fora da sua área de residência por determinação médica, bem como de um acompanhante, quando o aluno for menor de idade.

- No transporte do aluno sinistrado para o tratamento deverão ser utilizados transportes colectivos, a menos que a lesão recomende outros.

- Em caso de morte, o seguro escolar garante a deslocação e o pagamento das despesas de funeral.

- A indemnização por incapacidade permanente é calculada em função do grau atribuído por uma junta médica, segundo a Tabela Nacional de Incapacidades. No limite, ou seja, se a incapacidade resultante do acidente corresponder a 100%, o aluno receberá uma indemnização de 300 vezes o salário mínimo nacional, ou seja, 127.800 €, em 2008.

- O aluno pode ainda receber uma indemnização por danos morais equivalente a 30% da indemnização por incapacidade permanente (no máximo de 38.340 €, em 2008).

- Responsabilidade civil. Garantidos estão ainda os danos causados a terceiros pelo aluno quando se encontre sob tutela do estabelecimento de ensino ou no trajeto, se a responsabilidade for sua.

Quanto custa?

O prémio do seguro, no valor de 4,26 €, em 2008, é pago no acto da matrícula. Ficam isentos os alunos do pré-escolar e ensino obrigatório (até ao 9.º ano), e os portadores de deficiência.

Accionar o seguro:

Se possível, participe o acidente aos serviços escolares o mais rapidamente possível. Depois, apresente os comprovativos das despesas e preste os esclarecimentos pedidos pelo estabelecimento de ensino ou Direcção Regional de Educação. Pode ainda ter de submeter-se a exames médicos.



As Janeiras na Escola Secundária da Ramada



Este evento, teve lugar na Escola secundária da Ramada, no passado dia 21, pelas 18:30H, no âmbito das Comemorações do trigésimo aniversário da Escola.

A iniciativa, teve a parceria da Associação de Pais, da direcção da Escola e dos alunos da escola de música, orientados pelo Profr. António Trindade.

Trata-se de mais uma envolvimento da escola com a comunidade local, onde estiveram presentes, o Vice-Presidente da CMO, e Vereador da Cultura, a vogal da Educação da junta de Freguesia da Ramada, o Sr. João Quintas, Adjunto da Vereadora da Educação Fernanda Franchi, em sua representação, entre outras Entidades convidadas.

A todos os nossos agradecimentos e congratulamo-nos em ser uma Escola com vida, em sintonia dentro e fora dos muros da Escola.

Fernanda Ramos
Presidente da
Associação de Pais

Dislexia

A DISLEXIA, no âmbito das disfuncionalidades do foro neurobiológico que afectam as crianças constitui por si só uma das principais preocupações clínicas e educativas de psicólogos, médicos, professores, pais, e outros técnicos da saúde e educação.

As crianças que sofrem deste tipo de disfunções tendem a apresentar um baixo rendimento académico e alterações emocionais decorrentes das suas dificuldades persistentes e recorrentes na aprendizagem e automatização da leitura e escrita, sendo muitas vezes erradamente consideradas meramente mal comportadas ou irrequietas, não havendo muitas vezes a capacidade dos agentes educativos identificarem claramente quando estão perante uma criança com problemas disléxicos.

Por estes motivos a Fapodivel pretende contribuir para a ilucidação desta temática, criando esta rubrica na sua revista, que procurará agregar um conjunto de conceitos que auxiliem os diversos agentes educativos, principalmente os pais e professores a identificar, compreender melhor e agir adequadamente a esta situação.

Iremos para tal em cada edição aflorar esta matéria, com especial incidência na dislexia, designadamente a sua definição, os sinais de alerta, os critérios de diagnóstico, a prevalência, a problemática emocional associada, as restantes co-morbilidades, etc.

Dislexia - Conceito definidor

O estudo das dificuldades de leitura e escrita, em geral, e da dislexia, em particular, vem suscitando desde há muito tempo o interesse de psicólogos, professores, pediatras e outros profissionais interessados na investigação dos factores implicados no sucesso e/ou insucesso educativo. A dislexia representa no momento actual um grave problema escolar, para a qual todos os profissionais da educação estão ou deveriam de estar cada vez mais consciencializados.

As competências de leitura e escrita são consideradas como objectivos fundamentais de qualquer sistema educativo, pois constituem aprendizagens iniciais que funcionam como uma base para todas as restantes aprendizagens. Assim, uma criança com dificuldade nestas áreas apresentará lacunas

em todas as restantes matérias, o que provoca um desinteresse cada vez mais marcado por todas as aprendizagens escolares e uma diminuição da sua auto-estima.

Existem presentemente várias definições para a mesma problemática, de entre as quais se destacam:

Actualmente a definição mais consensual é a da Associação Internacional de Dislexia (2002) e do National Institute of Child Health and Human Development - NICHD:

“Dyslexia is a specific learning disability that is neurological in origin. It is characterized by difficulties with accurate and / or fluent word recognition and by poor spelling and decoding abilities. These difficulties typically result from a deficit in the phonological component of language that is often unexpected in relation to other cognitive abilities and the provision of effective classroom instruction. Secondary consequences may include problems in reading comprehension and reduced reading experience that can impede growth of vocabulary and background knowledge. ... Studies show that individuals with dyslexia process information in a different area of the brain than do non-dyslexics.”

Outra definição comumente apresentada encara a dislexia como uma dificuldade duradoura da aprendizagem da leitura e aquisição do seu mecanismo, em crianças inteligentes, escolarizadas, sem quaisquer perturbação sensorial e psíquica já existente.

A World Federation of Neurology define-a como uma perturbação que se manifesta pela dificuldade na aprendizagem da leitura, apesar de uma educação convencional, uma adequada inteligência e oportunidades sócio-culturais.

Outra definição, surge do Committee on Dyslexia of the Health Council of the Netherlands, segundo estes a dislexia está presente quando a automatização da identificação das palavras (leitura) e/ou da escrita de palavras não se desenvolve, ou se desenvolve de uma forma muito incompleta, ou com grande dificuldade.

Esta dificuldade em ler e escrever tem

sido muitas vezes erradamente interpretada, como um sinal de baixa capacidade intelectual.

Muito pelo contrário, muitos disléxicos conseguem em certas áreas e em certos momentos da sua actividade, uma performance superior à média do seu grupo etário. Só se poderá diagnosticar uma dislexia em crianças que apresentem pelo menos uma capacidade intelectual dentro dos parâmetros normativos.

Assim uma criança disléxica caracteriza-se por uma dificuldade na aprendizagem e automatização das competências da leitura e da escrita, sendo a sua causa neurobiológica.

As crianças com dislexia revelam muitas dificuldades em adquirir e desenvolver o mecanismo da leitura e da escrita. Apresentam uma leitura muito lenta, com diversas incorrecções, erros e trocas de letras e sílabas, e dificuldades na compreensão da informação lida. A sua escrita surge com muitos erros ortográficos, as frases e os textos que escreve são confusos em termos de conteúdo, com pouca riqueza no vocabulário, podendo a qualidade da sua letra ser igualmente má e irregular.

Apesar destas dificuldades, as crianças disléxicas apresentam uma capacidade intelectual normal ou superior à média, podendo evidenciar capacidades acima da média em áreas que não dependam directamente da leitura e escrita, como sejam as artes, o desporto, a musica etc.

É um problema que importa identificar e diagnosticar precocemente, através das ferramentas técnicas necessárias, de modo a que desde cedo se inicie o processo de acompanhamento, essencial para o normal desenvolvimento da criança.

Na próxima edição afloraremos os sinais de alerta que identificam esta disfuncionalidade neurobiológica.

Plano Anual de Actividades

A Fapodivel tem como principais objectivos para este ano lectivo, várias iniciativas e actividades, com especial incidência nas boas relações institucionais e reuniões com os nossos parceiros e instituições com quem iremos trabalhar ao longo do ano 2010/2011 conforme apresentamos no nosso programa.

1 – Solicitar uma reunião com a Câmara Municipal de Odivelas, para fazermos o ponto da situação da nossa sede social que há muito tempo esperamos.

2 – Solicitar reuniões com o pelouro da Educação, para fazermos uma análise profunda das reais necessidades das nossas Escolas, a fim de tomarmos conhecimento das resoluções dos problemas.

3 – Enviar uma circular a todas as associadas e não associadas, para promovermos reuniões com o objectivo de analisarmos em conjunto os seus problemas e tomarmos directrizes para ajudarmos na resolução.

4 – Desenvolver acções formativas e informativas com as Associações de Pais, para que possamos contribuir para a melhoria do funcionamento das escolas e aumentar a participação dos Pais e Encarregados de Educação.

5 – Iniciar contactos com a direcção das Escolas e Agrupamentos que ainda não tenham Associação de Pais, para incentivar a formação das mesmas.

6 – Solicitar reuniões com as várias instituições e parceiros, para o desenvolvimento das parcerias e fazermos a representação dos órgãos de que fazemos parte.

7 – Promover uma maior e melhor comunicação entre as Associações de Pais e a FAPODIVEL, para que estas possam usufruir dos meios que temos ao nosso alcance através do Site: “www.fapodivel.pt” em que tenham toda a sua informação ao dispor para consulta.

8 – Criar um Manual de funcionamento das Associações, contando com a participação do Conselho Consultivo e das Associações no desenvolvimento do mesmo.

9 – Fazermos várias reuniões alargadas a todas as associadas e não associadas durante o ano para debatermos os problemas com que nos confrontamos no nosso dia-a-dia.

10 – Trabalhar no projecto das parcerias com as várias organizações e instituições, para que os nossos associados e os seus associados possam usufruir das várias regalias conseguidas através dos nossos “Protocolos”.

11 – Promover junto das Associações os benefícios de serem associadas da FERLAP e CONFAP com quem queremos ter estreitas relações institucionais.

12 – Realizar o IV Encontro Concelhio das Associações de Pais de Odivelas em parceria e com a participação das Associações de Pais.

13 – Continuarmos a fazer parte do programa “Nós e a Escola” que está online todas as Terças Feiras em “www.odivelastv.pt” em que debatemos os nossos problemas.

14 – No final do ano lectivo, realizarmos um convívio de pais, alunos, professores, auxiliares e parceiros e instituições que conosco tenham trabalhado.

15 – Realizar palestras sobre “Relação Trabalho/Participação Cívica”.

Representações

- CME
Conselho Municipal de Educação
- CPCJO
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odivelas
- PECT
Plano de Prevenção das Toxicodependências
- FERLAP
Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais
- CONFAP
Confederação Nacional das Associações de Pais
- CMJ
Conselho Municipal da Juventude
- CMS
Conselho Municipal de Segurança

Reunião CME

Na última reunião do Conselho Municipal de Educação, foram abordados alguns temas dos quais transcrevemos um resumo:

A questão dos refeitórios e serviço de refeições, com todos os constrangimentos, tais como qualidade e quantidade das refeições; Foi sugerido pelos responsáveis dos pais, que uma Técnica da CMO, rodasse sem aviso prévio pelos refeitórios, a fim de testar e confirmar estes casos. A este ponto responderam a Sra. Vereadora Fernanda Frachi e o Dr. Filipe Ferreira - DRELVT, que existe já um plano nesse sentido, que integra os Pais.

Obras nas Escolas onde os maiores problemas são: humidades, equipamentos danificados, etc); Como resposta, a Sra. Vereadora informou que resulta da condensação, pelo que basta uma boa lavagem com os produtos certos! As restantes obras, vão e têm que ser garantidas pelas Juntas em alguns casos e pelas Direcções das Escolas, enquanto o orçamento quer da CMO, quer da DRELVT, enquanto entidades responsáveis não permita melhor solução!

Em relação à Escola dos Castanheiros, assunto abordado na reunião, o representante da DRELVT, disse que terão que ser criadas as condições para que a Câmara Municipal de Odivelas, possa assumir a sua gestão.

O assunto mais debatido e levado até à exaustão foi a criação ou não de mega agrupamentos, do que se diz do que se prevê, do que não se diz, etc. Sobre este ponto, ficou esclarecido que ainda não foram definidos critérios de organização e definição de Agrupamentos para Odivelas, pelo que, não podem responder nem falar do que não existe.

Os presentes congratularam-se com a participação dos representantes dos Pais, António Boa-Nova e Fernanda Ramos.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a reunião.